

COMO PENSAR UM CURRÍCULO PARA AS ESCOLAS GUARANI MBYA?

Maikely Moreira ¹
Tania Micheline Miorando ²
Vitor Jochims Schneider ³

RESUMO

Este trabalho é fruto da formação de professores indígenas no curso de Licenciatura Mbya Guarani Educação Intercultural Indígena (Parfor Equidade/2023), da Universidade Federal de Santa Maria, e a discussão que trazemos é decorrente dos estudos que fazemos. A discussão que apresentamos é sobre o currículo das Escolas Guarani Mbya, que têm como objetivo ensinar diversas matérias, como Matemática, Português, História, dentre outras. Mas como por intuito o que é mais estranho nisso é que essas matérias são dadas dentro de uma Escola Guarani, que por ventura, deveria ser mais uma escola de ensino na Língua Guarani e não dessas matérias. Hoje o ensino das matérias dos *juruá kuery* (povo não indígena) é de obrigatoriedade para todas as Escolas Guarani. Reconheçamos que essas áreas são de extrema importância para o futuro das nossas crianças e também de nós, professores indígenas em formação, mas isso enfraquece os nossos saberes, os saberes dos nossos *tujá'i kuery* (os anciãos), das nossas *xary'i kuery* (as anciãs). É como se um não indígena viesse e falasse para a gente falar em Português sendo que estamos pisando em nossos próprios territórios, e isso nos conduz em lutar mais para que tenhamos mais aulas em Guarani, na nossa própria língua materna para que não percamos a nossa identidade. A metodologia deste trabalho é pelo relato do estudo que fazemos durante o curso de formação, na proposição da Pedagogia da Alternância. Nesta proposta temos o Tempo Universidade e o Tempo Comunidade: um tempo de estudo na universidade e quando voltamos para as *tekoas* (aldeias) seguimos nossos estudos em consonância com a comunidade e a escola. Lá experimentamos e seguimos pensando sobre o que aprendemos e como se transformará em uma Pedagogia Guarani para o currículo nas escolas da comunidade.

Palavras-chave: Professores Indígenas, Escola Guarani, Escola Guarani, Escola Guarani Escola Guarani, Escola Guarani,

UM NOVO CURRÍCULO PARA UMA NOVA ESCOLA

Primeiro queremos uma escola. Depois pensamos como queremos a escola. Está sendo assim a conquista de escolas nas aldeias indígenas. E uma escola é feita por pessoas que, primeiro vêm de outros lugares, depois, queremos que sejam pessoas que saibam como queremos as escolas. Estamos nesse embate entre conquistas e enfrentamentos.

¹ Graduanda no Curso de Licenciatura Mbya Guarani Educação Intercultural Indígena (Parfor Equidade/2023), da Universidade Federal de Santa Maria, maikelymoreira56@gmail.com da Universidade Federal de Santa Maria- RS, joceanedornelles.17@gmail.com;

² Professora orientadora: Doutora em Educação, Universidade Federal de Santa Maria - RS, tania.miorando@ufsm.br.

³ Professor Coordenador do Curso de Licenciatura Mbya Guarani Educação Intercultural Indígena (Parfor Equidade/2023), da Universidade Federal de Santa Maria, vitor.jochims@ufsm.br ;



Este trabalho é fruto da formação de professores indígenas no curso de Licenciatura Mbya Guarani Educação Intercultural Indígena (Parfor Equidade/2023), da Universidade Federal de Santa Maria, e a discussão que trazemos é decorrente dos estudos que fazemos. O curso está no seu terceiro semestre e faz o exercício de encontros presenciais e remotos, por estar dentro da Pedagogia da Alternância, cuja estrutura curricular se desenha na alternância entre o Tempo Universidade e o Tempo Comunidade.

A proposta de um curso dentro da Pedagogia da Alternância traz a possibilidade de puxar para dentro do Tempo Universidade, uma base forte do que pensamos e encontramos no Tempo Comunidade, próprio para as necessidades dos professores em formação inicial. A maioria dos cursistas em formação são lideranças nas suas comunidades, trabalham nas escolas das aldeias ou desenvolvem ações que exigem proximidade às suas comunidades. Há um pequeno grupo de acadêmicos/as que reside em Santa Maria/RS ou bem próximo, mas a maioria vem de regiões bem distantes do RS ou fora dela.

A adequação de uma proposta que olhe para as condições de participação e frequência ao curso foi requisito fundamental para a participação de comunidades da etnia Guarani Mbyá. O curso é oferecido na modalidade presencial, e esta forma de proposta curricular, como regime para a sua participação, dá condições para a formação inicial e continuada dos profissionais do magistério que estão em atividade na Educação Básica. Esta proposta está em acordo com as políticas públicas de Educação, às Diretrizes Curriculares Nacionais (Brasil, 2024) e ao padrão de qualidade e ao Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) (Brasil, 2004).

A experiência que o curso adotou na formação dos professores a que se propõe, concebe em suas diretrizes, a construção e o fortalecimentos de saberes e práticas (UFMS, 2024) que constituem a cultura que atravessa os tempos. A marca de sua importância na reivindicação e implementação de políticas aparecem para assegurar os seus direitos, como povos originários. Este lugar do curso ainda faz o

espaço acadêmico como principal local de aprendizagem e busca priorizar os conhecimentos indígenas e as expressões de identidade e cidadania. Nessa concepção, as trocas e construções de saberes e práticas podem ocorrer por meio da condução de debates, seminários, rodas de conversa, ações de pesquisas, observações de campo, planejamento e execução de intervenções pedagógicas, indo além de avaliações estritamente classificatórias e quantitativas. (UFMS, 2024, p. 42)

A vivência em um curso de formato diferente do que é comumente oferecido nos cursos presenciais da universidade reforça a possibilidade da construção de uma escola que olha para as necessidades presentes nas suas comunidades, na sua cultura. As necessidades



presentes, discutidas e reformuladas para as características culturais reacendem a força em desejar e pensar a instituição educativa que irá acolher desde as crianças aos adultos e profissionais que ali trabalham e discutem a escola da aldeia.

A instituição de uma proposta curricular diferente da maioria dos cursos se deu por grupos de pesquisadores (Oliveira, Parente, Domingues, 2017) e políticas (Brasil, 2001) que olhassem para uma formação ampla e diversificada, permitindo aos professores que se formam nessa proposta (Zanin, Silva, Cristofoli, 2017), o fortalecimento de estudos em conversas e proximidade ainda mais frequente com suas comunidades. Não diferente, este curso de formação de professores indígenas Guarani Mbyá têm a mesma preocupação e dedicação durante a efetivação do curso no acompanhamento da formação.

Dentro destas políticas para a Educação, temos, ainda não como proposta de Estado, mas em editais lançados conforme as políticas de governo e tivemos em 2024, o Edital que, dentro da UFSM, propôs uma chamada para a viabilidade do curso (UFSM, 2024). O Programa PARFOR EQUIDADE é uma ação especial realizada no âmbito do Programa Nacional de Formação de Professores da Educação Básica (PARFOR) gerido pela CAPES, idealizado junto à SECADI/MEC. A motivação para essa determinação deu-se pelo comprometimento em viabilizar o cumprimento da estratégia 15.5 do Plano Nacional de Educação - PNE, Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014 (Brasil, 2014).

A oferta deste curso deu-nos oportunidade para que passássemos a nos encontrar entre lideranças e jovens das aldeias, professores indígenas e não indígenas, pesquisadores da área. E, dentro da proposição de estudos, pudéssemos olhar para o cenário da Educação Guarani, Educação Escolar Guarani e as bandeiras que podemos passar a levantar ou segurar junto de outro grande grupo de nossos povos originários, escrevendo as diretrizes para uma escola e um currículo que discutimos juntos.

A Escola Indígena que Queremos

Neste trabalho nos ensaiamos em discussões que visam aprofundar a formação que buscamos na Formação de Professores (Costa, Gomes Junior, 2017) Para uma escola que olhe para nossa cultura, espiritualidade e necessidades a nos instrumentalizar dentro da sociedade que hoje aqui está. O trabalho é sobre a importância de um currículo das Escolas Guarani Mbya, que têm como objetivo ensinar diversas matérias, como Matemática, Português, História, dentre outras.



Mas como por intuito, o que é mais estranho nisso, é que essas matérias são dadas dentro de uma Escola Guarani, que por ventura, deveria ser mais uma escola de ensino na Língua Guarani e não dessas matérias. Hoje o ensino das matérias dos *juruá kuery* (povo não indígena) é de obrigatoriedade para todas as Escolas Guarani.

Travamos uma discussão importante com os governos que querem impor suas regras sobre nossos povos e nossas culturas. Se atravessamos um tempo muito mais longo nessas terras que pisamos, temos muitas condições de seguir desenhando a escola que queremos. Sabemos que os territórios indígenas travam novas lutas, mesmo sendo desrespeitados, mas isso não dá direito de entrada em nossos territórios, rasgando nossa cultura pelos currículos de um colonizador que vai trocando de língua ou de costumes. Nós seguimos fortes em nossos pressupostos e lutas.

Reconhecemos que estudar a História, a Matemática e as outras áreas escritas pelos povos não indígenas, são, também de extrema importância para o futuro das nossas crianças e também de nós, professores indígenas em formação. Mas isso enfraquece os nossos saberes, os saberes dos nossos *tujá'i kuery* (os anciãos), das nossas *xary'i kuery* (as anciãs). É como se um não indígena viesse e falasse para falarmos em Português sendo que estamos pisando em nossos próprios territórios, e isso nos conduz a lutar mais para que tenhamos mais aulas em Guarani e com um jeito e uma História que nós aprendemos a contar, desde muito tempo antes da História que querem nos impor a conhecer.

A valorização da língua materna no processo educativo constitui-se como um elemento importante para a afirmação da nossa cultura e saberes dos povos indígenas. No contexto da formação de professores Guarani (Felix, Fernandes, 2021), é urgente defender a ampliação do uso da Língua Guarani como meio de ensino e aprendizagem. Essa mobilização é especialmente importante pois poderá garantir que os futuros/as educadores/as possam ensinar a partir da própria realidade linguística e cultural.

Promover mais aulas em Guarani não é apenas uma questão pedagógica, mas um ato de resistência e respeito aos modos de ser e de viver do nosso povo, fortalecendo os conhecimentos tradicionais. Nesse sentido, Freire (2016, p. 62) destaca a importância de compreender o/a educando/a em sua realidade

Não é possível respeito aos educandos, à sua dignidade, a seu ser formando-se, à sua identidade fazendo-se, se não se levam em consideração as condições em que eles vêm existindo, se não se reconhece a importância dos “conhecimentos de experiência feitos” com que chegam à escola. O respeito devido à dignidade do educando.



Nessa perspectiva, compreendemos que o respeito à língua materna e às experiências dos/as educandos/as não pode ser dissociado das práticas pedagógicas desenvolvidas na formação de professores Guaranis. Ao valorizar os saberes e vivências, contribuimos para uma Educação que converse com a realidade das comunidades indígenas, promovendo não só aprendizagem com significados, mas a preservação cultural.

A metodologia deste trabalho é pelo relato do estudo que fazemos durante o curso de formação, na proposição da Pedagogia da Alternância. Nesta proposta temos o Tempo Universidade e o Tempo Comunidade: um tempo de estudo na universidade e quando voltamos para as *tekoas* (aldeias) seguimos nossos estudos em consonância com a comunidade e a escola. Lá experimentamos e seguimos pensando sobre o que aprendemos e como se transformará em uma Pedagogia Guarani para o currículo nas escolas da comunidade.

A vivência que estamos tendo na universidade também é de reconhecimento do território que tem o nosso chão, mas de pessoas que há muito que não passam caminho com nosso povo. Muitas pessoas nos conhecem pela televisão, pelas notícias relatadas nas suas versões, mas não conversam conosco para saber como vivemos e o que queremos. Por isso, esse encontro dentro de uma universidade - que fala muito mais a língua do colonizador que a nossa, de nosso povo originário - nos faz pensar muito sobre o que sentir nas emoções de nossos encontros.

Começamos em um tempo de verão, nas férias de fevereiro de 2025, e a nossa hospedagem foi sendo preparada conforme vínhamos nos adaptando. Ficamos em acomodações que precisaram ser melhor preparadas para o inverno seguinte e novamente um novo verão. Já temos melhores condições, que ainda precisam de mais cuidados, para os próximos semestres. Como na nossa história, abrindo caminhos para nova etapa de nossas vidas - assim queremos deixar nossas marcas nesta universidade que estudamos por direito.

No último verão, tivemos a parceria do curso de Educação Especial Inclusiva, também do Parfor Equidade, que moveu esforços em um projeto de extensão, preparando espaços para nossas crianças ficarem brincando, dormindo, se alimentando, enquanto nós, seus pais e mães, estávamos em aulas. Foi um cuidado importante uma vez que nossos/as filhos/as pequenos/as costumam ficar conosco durante as aulas, no período de estudo longe da aldeia.

Aqui também pudemos observar que a infância que temos na aldeia é bem mais próxima da natureza do que dos brinquedos e brincadeiras dos meios urbanos. Vimos que nossas crianças quiseram ficar mais tempo na sombra das árvores e nos gramados, do que nas



salas de aula fechadas, com ar condicionado. Nas aldeias aprendemos a respeitar os tempos e os avisos que ele nos passa desde muito pequenos/as.

Nossas brincadeiras tem o ritmo que tocamos, cantamos e dançamos na *tekoá* (aldeia). Dançamos e cantamos com os *tujá'i kuery* (os anciãos) e as nossas *xary'i kuery* (as anciãs). E vemos despertar desde muito cedo nossas afinidades que vão nos formando pessoas em um caráter que vem de outras épocas de nossas ancestralidades e que por aqui passaram. Ver os/as pequenos/as cantando e dançando é muito bonito!

Por isso, queremos que nossa escola e o currículo que ela vai colocar em documentos, seja com o jeito que temos ainda forte de nossa cultura. Aprendemos a cuidar dos espaços que vivemos porque desde a nossa infância aprendemos a respeitar todo esse espaço cheio de espiritualidade que nos acompanha. Podemos crescer, mas sabemos que algumas referências continuam fortes em nós - mas isso porque não vamos apagando na escola o que aprendemos na comunidade, entre nós, nos nossos encontros e caminhadas.

Aqui estamos conversando com autores que, mesmo falando outra língua, defendem as nossas lutas. Paulo Freire é um dos autores que diz muito do que também falamos. No livro *À sombra desta mangueira*, as árvores que eram mundo de aprendizados de Freire, como é para nós, veio forte ao lembrar o que ele nos diz:

[...] o título deste livro é, assim, uma licença que me permito e com a qual sublinho a importância que tiveram na infância as sombras de diferentes árvores – mangueiras, jaqueiras, cajueiros, pitombeiras. Sombras em que, à luz clara do dia, fui me acostumando a descobrir a razão de ser de ruídos que, no fundo das noites, indecifrados me assustavam. (...) sombra, luminosidade, céu azul, horizonte fundo e amplo dizem de mim. Sem eles, sobrevivo mais do que existo (Freire, 2012, p. 26).

Nas palavras de Freire e nas conversas que temos em nossos encontros, mais que sobreviver, queremos a nossa vida vivida com o respeito que nos é devido pelo tempo que aqui estamos e daqui cuidamos. Vamos passar mais um tempo visitando invernos e verões na universidade e nos encontros para onde nos dirigimos em nossas aldeias, compartilhando o que vamos escolhendo e definindo em nossos estudos.

Este curso, mais que eu tempo de ler livros e fazer trabalhos, é um tempo de fazer o desenho de novos mapas para um futuro que nós mesmos queremos delinear. Estamos aprendendo juntos, como sempre fizemos, lutando e acreditando na juventude de novas



lideranças que vieram buscar forças e palavras para uma escola que seja como a cultura Guarani quer para o nosso povo.

REFERÊNCIAS:

BRASIL. **Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004.** Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES. Brasília, 2004. Disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2004-2006/2004/lei/110.861.htm. Acesso em 05 abr. 2026.

BRASIL. **Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014.** Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 26 jun. 2014. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2011-2014/2014/lei/113005.htm. Acesso em 05 abr. 2026.

BRASIL. **Parecer CNE/CP nº 04, de 12 de abril de 2024.** Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial em Nível Superior de Profissional do Magistério da Educação Escolar Básica (cursos de licenciatura, de formação pedagógica para graduados não licenciados e de segunda licenciatura). Brasília, DF: MEC, 2024. Disponível em: https://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=258171-%20rcp004-24&category_slug=junho-2024&Itemid=30192. Acesso em 05 abr. 2026.

BRASIL. **Parecer nº 36/2001.** Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo. Diário Oficial da União, Brasília, 13 mar. 2002. P. 11. Disponível em: https://www.gov.br/mec/pt-br/cne/pdf/normas-classificadas-por-assunto/educacao-do-campo/rceb001_02.pdf. Acesso em: 02 fev. 2025.

COSTA, C. F. do N.; GOMES JUNIOR, C. M. Saberes docentes indígenas: um estudo das práticas pedagógicas em aulas de ciências nas escolas Xukuru, Pesqueira-PE. **Travessias**, Cascavel, v. 11, n. 2, p. e16274, 2017. Disponível em: <https://e-revista.unioeste.br/index.php/travessias/article/view/16274>. Acesso em: 31 jan. 2025.

FELIX, F. M.; FERNANDES, N. G. Ára Ayvu Regua: Formação de professores indígenas. **Revista Linguagem em Foco**, Fortaleza, v. 13, n. 1, p. 317–337, 2021. DOI: 10.46230/2674-8266-13-4991. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/linguagememfoco/article/view/4991>. Acesso em: 30 jan. 2025.

FREIRE, Paulo. **À sombra desta mangueira.** 10 ed. Rio de Janeiro: civilização brasileira, 2012.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2016.

OLIVEIRA, A. DA C.; PARENTE, F. DE A.; DOMINGUES, W. C. L.. Pedagogia da Alternância e(m) Etnodesenvolvimento: realidade e desafios. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 42, n. 4, p. 1545-1565, out./dez. 2017. <http://dx.doi.org/10.1590/2175-623663216>. Disponível em <https://www.scielo.br/j/edreal/a/Yjg97qmsKXTR5KR3wrRGK8j/?lang=pt>. Acesso em 05 abr. 2026.



UFSM, Prograd. **Edital N. 108/2024 PROGRAD/UFSM** – Processo Seletivo de ingresso no curso Mbya Guarani Educação Intercultural Indígena pelo PARFOR EQUIDADE 1º/2025. Disponível em <https://www.ufsm.br/pro-reitorias/prograd/editais/108-2024>. Acesso em 05 abr. 2026.

UFSM. **Projeto Pedagógico do Curso Mbya Guarani Educação Intercultural Indígena - Santa Maria - 2024**. Disponível em <https://www.ufsm.br/cursos/graduacao/santa-maria/mbya-guarani>. Acesso em 05 abr. 2026.

ZANIN, N. Z.; SILVA, I. M. M.; CRISTOFOLI, M. S. Espaços Escolares Indígenas no Brasil: políticas, ações e atores envolvidos. **Educação & Realidade**, [S. l.], v. 43, n. 1, 2017. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/62535>. Acesso em: 30 jan. 2025.

